

A dinâmica do Senado brasileiro

Agaciel da Silva Maia*

As leis que regulam a vida desta Nação e do seu povo nascem, de fato, pelas mãos de cada cidadão brasileiro. O político, detentor de mandato popular, ao receber a delegação do eleitor para que, em seu nome, interprete-lhe os anseios, tem sobre si a relevante responsabilidade de concorrer para a elaboração de leis que dinamizem a democracia e aprimorem as relações institucionais entre as diversas camadas da sociedade. O processo legislativo se inicia em várias vertentes, podendo vir do STF, dos Tribunais Superiores, do procurador-geral da República, e, principalmente, dos membros do Congresso Nacional.

Em meio às permanentes discussões sobre a reforma do Estado, incluída nela um polêmico enxugamento da máquina administrativa, há muito a Instituição vem tomando iniciativas para a necessária economia aos cofres públicos. Ao contrário do que às vezes noticia a imprensa, vem diminuindo ao longo dos últimos anos, de forma contundente, os seus gastos e sua participação no Orçamento Geral da União. O orçamento

da Casa está na ordem de R\$ 980 milhões, o que significa 0,1035 %, ou seja, 1/10 (um décimo) de um por cento do Orçamento Global. Em termos percentuais, é uma das Casas Legislativas de menor custo entre as nações democráticas do Ocidente.

Além de operacionalizar suas comissões técnicas, o Senado tem hoje, na informação sistematizada, um de seus itens de maior relevância. Daí a proposta da criação de uma matriz de informações gerenciadas, agrupadas e atualizadas de acordo com as necessidades requeridas, disponibilizadas conforme o processo de tomada de decisões e servindo para que possam ser feitas as avaliações prévias e permanentes, sobretudo na execução orçamentária.

Outro grande salto no campo da informação possibilitou ao Senado a obtenção de um dos maiores acervos documentais da história brasileira em meio magnético. Em razão da comemoração dos "500 anos do Descobrimento", foram organizados e disponibilizados, na íntegra, 53 anos de vida pública, institucional e jurídica do Brasil (textos legais de 1946 a 1999), em forma de

CD-Rom, já em sua sétima edição. Isso significa ampliação da base de dados para os 500 anos da história do Brasil. Ver-se-á, por exemplo, desde a carta de Pero Vaz de Caminha à atual Constituição brasileira, incluídos atos institucionais, e toda a legislação decorrente desses documentos. O instrumental referido se encontra à disposição mediante CD-Rom, internet, Interlegis, com acesso não limitado, às quilométricas linhas de textos, leis, decretos e outros diplomas legais.

Não obstante tudo isso, está sendo disponibilizado aos senadores e aos interessados, em CD-Rom, riquíssimo acervo documental, com a digitação dos Anais do Congresso desde 1823 até nossos dias. Mais adiante, firmado convênio com o Congresso norte-americano, vai ser possível o acesso à legislação de 26 nações. Qualquer instituição que dispuser de um microcomputador com modem poderá integrar-se ao gigantesco sistema de informação do Parlamento brasileiro.

E, para amparar todo esse instrumental de informação, preocupou-se a administração do Senado com o aprimoramento

de seus veículos de comunicação com a sociedade. O complexo TV Senado - Rádio Senado FM - Agência Senado de Notícias - Linha 0800 - Jornal do Senado, permite que milhões de brasileiros acompanhem durante as 24 horas do dia os trabalhos da Instituição.

A antiga Gráfica do Senado, hoje parte da administração direta da Casa, como Secretaria Especial de Editoração e Publicações, após investimentos planejados em recursos materiais e qualificação de pessoal, surge como a mais importante gráfica oficial da América Latina.

A administração do Senado, portanto, no arcabouço de suas ações, além de proporcionar um equilíbrio coeso no orçamento destinado à Casa, tem lutado obstinadamente para alcançar a transparência em todos os níveis dos trabalhos realizados e, com determinação, tem implementado projetos que dignificam o Legislativo, fazendo com que sua imagem, a cada dia, se fortaleça mais perante a Nação.

*Economista pós-graduado em Administração Pública pela FGV e diretor-geral do Senado Federal.